

GLOBALIZAÇÃO

Rumo a um governo mundial

ou uma nova forma de cidadania?

Parte II

AS DIFERENTES VERTENTES DA GLOBALIZAÇÃO

1. GLOBALIZAÇÃO ECONÓMICA

A Globalização aparece quase sempre, e em primeiro lugar, associada a questões económicas e ao sistema económico dominante - o sistema de mercado capitalista, mas a globalização, como iremos apresentar de seguida, tem variados contextos.

Desde a última metade do século XX que se assiste a uma supremacia do poder económico sob o poder político. A globalização “avançou rapidamente com a internacionalização das produções, dos bens, dos mercados, dos capitais, o movimento de desregulamentação desencadeado nos EUA e no Reino Unido, as privatizações, a intervenção das empresas multinacionais e a multiplicação das trocas internacionais. A corrida às exportações e o apelo aos investimentos estrangeiros como factores de crescimento, originaram uma espécie de ultraliberalismo doutrinário.” (Gonçalves, 2003: 608)

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o comércio mundial estava em baixa e então “foram criadas as instituições de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – para tornar possível o comércio internacional num mundo desprovido de movimentos internacionais de capital.” (Soros, 2004, 84)

Mas afinal quando começou a actual fase do capitalismo? George Soros propõe duas hipóteses: terá sido quando Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan nos EUA subiram ao poder na década de 80 com programas destinados a retirar o Estado da economia e permitir que os mecanismos de mercado fizessem o seu trabalho com a decadência das teorias keynesianas na economia ou terá culminado com o colapso do império soviético em 1989? Soros defende 1980, porque “a globalização foi uma realização dos fundamentalistas de mercado”. E como afirma, “o objectivo da

administração Reagan e do governo Thatcher era reduzir a capacidade do Estado para interferir na economia, e a globalização ajustava-se bem aos seus objectivos.” (Soros, 2004, 87). Para além disso os dois países detinham “a vantagem conferida pelo facto de os principais centros financeiros do mundo se localizarem em Nova Iorque e Londres” (idem).

Como refere Wolton (2004), a globalização é caracterizada por três pilares, sendo que o primeiro é o pilar político, com a ONU e as Declarações dos Direitos do Homem após a Segunda Guerra Mundial; o segundo pilar é caracterizado pela globalização económica que “foi apresentada sobretudo no Norte, como um «ideal» ao mesmo nível da ONU” (Wolton, 2004, 74), mas que necessita de uma regulação, apesar de, para este autor, a globalização económica “continuar a ser uma forte realidade” (idem). De referir ainda, que o terceiro pilar “diz respeito à emergência da cultura e da comunicação como questão política mundial” (idem), uma vez que a globalização económica desvaloriza a questão da diversidade cultural, enaltecida nos Direitos do Homem e tão em voga nos dias de hoje.

Na esfera económica, este processo, acelerado após a Segunda Guerra Mundial, tem sido pautado “por uma forte expansão dos fluxos de comércio internacional e de capitais.” (DGEP, 2005). Os factores que mais contribuíram para este crescimento foram, segundo a mesma fonte, “o progresso tecnológico, a diminuição das restrições quantitativas e de tarifas aduaneiras no comércio global e a crescente liberalização do movimento de capitais.”

Devemos ter em conta que o aumento do peso das exportações da China, Polónia, República Checa e Hungria nas exportações mundiais se relaciona com a sua crescente integração na economia mundial e com a cada vez maior abertura ao exterior de alguns países do leste da Europa, fruto da desintegração do bloco soviético resultante do fim da Guerra Fria.

Portugal é dos países da UE que mais sofrem com a globalização e a deslocalização de empresas para a República Checa, Hungria e Eslováquia. De acordo com o European Restructuring Monitor, entidade que monitoriza todas as mudanças registadas em empresas que criem ou destruam empregos, as transferências de unidades de produção para o estrangeiro anunciadas desde o início de 2002 provocaram ou irão provocar em Portugal a perda de um número de postos de trabalho equivalente a 0,11% do total da população empregada, sendo que este valor é o terceiro mais alto entre todos os membros da UE, ultrapassado apenas na Finlândia e Eslováquia.

O sector em que o emprego foi mais afectado em Portugal foi o automóvel, com dois terços de novos desempregados. Uma das causas deste fenómeno é a saída para outros países de empresas que desenvolviam a sua actividade em torno da Autoeuropa e que, como se sabe, tem nos últimos anos vindo a diminuir progressivamente a sua produção.

O sector dos têxteis e calçado aparece com uma importância bastante mais reduzida nas deslocalizações detectadas, embora os responsáveis por este estudo admitam a existência de casos classificados como fecho da empresa, mas que na realidade são deslocalizações ainda por confirmar.

Os têxteis, vestuário e calçado e o sector automóvel representam cerca de 45% das exportações portuguesas, o que aumenta a gravidade deste fenómeno que tem vindo a acentuar-se nos últimos anos.

A fragilidade de Portugal face ao fenómeno da globalização tem tido como prova mais clara a dificuldade de a economia acompanhar a retoma já iniciada por outros países europeus. Uma das formas de modificar este cenário passa por aproveitar a própria globalização como solução para o desenvolvimento.

Globalização foi a palavra de ordem na 4ª Conferência de Economia e Gestão sobre o tema «Debater Davos em Lisboa» em que o exemplo de expansão e crescimento em cenário de globalização foi dado pelo administrador da Jerónimo Martins, José Soares dos Santos, que afirmou “Portugal tem de perder o complexo da periferia e aceitar o sentimento de globalização, da não existência de fronteiras”.

Segundo o administrador, “não é preciso ser-se gigante para construir multinacionais e a Jerónimo Martins não é excepção”, numa alusão ao plano de expansão do grupo a países do leste europeu, nomeadamente a Polónia. Esta ligação ao exterior como forma de atrair novas oportunidades, é uma das características do grupo Jerónimo Martins que “exporta para a Europa inteira com preços competitivos e com salários menores que os dos restantes países”. (Agencia Financeira, 2006)

E um dos factores apontado por vários economistas para que muitas empresas estejam a deixar o território luso tem a ver com a elevada carga fiscal praticada em Portugal.

Como defende Soros (2004), a característica do actual sistema capitalista mundial centra-se na livre circulação do capital financeiro e sendo este um factor central na produção, os países têm de concorrer entre si para o atrair, reduzindo a sua capacidade de o tributarem e regulamentarem, como forma de “segurar” o capital no seu território.

Este autor afirma que, “o capital é atraído para os maiores centros de atividade financeira e distribuído a partir deles” (Soros, 2004, 83). Apesar de as grandes

multinacionais deterem um grande poder negocial com os governos anfitriões e através disso determinarem os custos de transferência e futuros investimentos, estas estão sempre disponíveis a rumarem a países que lhes proporcionem facilidades de desenvolverem a sua actividade.

Mas quando se fala de globalização económica devemos ter em conta que esta teve também o seu mérito e produziu os seus benefícios positivos como seja “um nivelamento ou equiparação parcial das relações Norte-Sul e a melhoria dos padrões de vida de várias centenas de milhão de pessoas na Ásia, o que significou salvar vários milhões da pobreza.” (Falk, 2001, 219), estando a proporção global de pobres a diminuir nos últimos anos.

2. GLOBALIZAÇÃO POLÍTICA

Ora, como afirma Mendo Castro Henriques, à medida que cresce a globalização económica entre os Estados, aumenta também a necessidade de compensar os efeitos negativos do globalismo. “A globalização tem, pois, que ser governada” (Henriques, 1998, 8) e é neste contexto que se pode referir uma das formas que os estados têm de enfrentar as dificuldades deste sistema capitalista global - através da união de interesses regional. E é assim que o primeiro bloco económico regional aparece na Europa, com a criação em 1957 da Comunidade Económica Europeia (embrião da actual UE). “O regionalismo contribuiu para que a Europa agregasse capital e mantivesse a paridade tecnológica com os Estados Unidos e o Japão, permitindo-lhe evitar a perspectiva de marginalização moderada em relação ao mercado globalizado.” (Falk, 2001, 130) Actualmente, os blocos mais importantes nesta área são: a UE, a NAFTA (North American Free Trade Agreement), o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), a APEC (Asia- Pacific Economic Cooperation) e a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). No plano mundial, as relações comerciais são reguladas pela Organização Mundial do Comércio – OMC, que substituiu o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

Segundo Daniel Bell, “o Estado-nação está a tornar-se pequeno demais para os grandes problemas e grande demais para os pequenos problemas”. E como “nenhum Estado consegue resolver isoladamente os problemas globais: a degradação ambiental; a vulnerabilidade dos mercados internacionalizados; as ameaças à segurança colectiva; a violação dos direitos humanos...” (Henriques, 1998, 9) torna-se urgente encontrar formas de solucionar os novos desafios colocados pela crescente interdependência dos

Estados. Como?

À medida que o mundo se globaliza e crescem as interdependências, o Estado revela-se “demasiado pequeno” para assegurar eficazmente funções que o transcendem no espaço e no tempo. “Quando o Estado é grande demais para exercer directamente todas as tarefas que lhe incumbem, a resposta chama-se localização e proximidade ao cidadão” (idem), devolvendo poderes aos cidadãos, às regiões, aos municípios, aos privados. Só desta forma o Estado manterá, o que Mendo Castro Henriques chama, “os princípios de bom governo”, isto é, as reformas na administração pública, a educação, a saúde e segurança social, a defesa dos direitos de propriedade.

Mas as insuficiências do Estado verificadas em áreas como: a segurança colectiva, a economia, os direitos humanos e o ambiente, entre outros, tornam inevitáveis a partilha da governação à escala internacional (Henriques, 2004). Para isso, existem organizações como as Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial de Comércio (OMC), a UE, o Conselho da Europa, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), entre muitos outros novos actores político-económicos regionais e globais, que nos fazem acreditar que “há razões para se olhar o mundo como uma única ordem social.” (Sousa, 2005, 91)

Globalização – rumo a um governo mundial ou uma nova forma de cidadania?

Ana Cristina Ferreira - Maio 2006 13

Com o fim da Guerra Fria e a emergência da globalização surgiram três tendências principais no poder global: “dos países ocidentais para os orientais; de uma ordem organizada em torno dos direitos dos Estados para uma ordem que abrange a protecção dos indivíduos de ameaças globais como o genocídio, o terrorismo e o efeito de estufa; (...) e de um sistema cada vez mais definido pela integração regional.” (Leonard, 2005, 136)

Os efeitos da globalização estão a mudar o centro de gravidade do norte para o sul e do ocidente para oriente, permitindo que dessa forma a China, a Índia e a Rússia apareçam na cena internacional como as grandes potências no novo século, deixando assim que “90% da população mundial seja governada por sistema concebido para servir os interesses da Europa e da América.”(idem, 137)

Não podemos esquecer que economia, política, meios militares, cultura estão intimamente ligados e que uns sem os outros não funcionam e à medida que os “novos tigres do Sul e do Oriente” se desenvolvem, todas as instituições criadas sob a égide americana – FMI, NATO, Conselho de Segurança das Nações Unidas – terão de se abrir

se não quiserem perder a sua legitimidade neste mundo cada vez mais multipolar e interdependente (Leonard, 2005)

3. GLOBALIZAÇÃO CULTURAL

Globalização tornou-se um termo bastante comum a partir da década de 90, geralmente associado às grandes mudanças ocorridas no sistema económico internacional, resultantes do aprofundamento das relações de interdependência entre os diversos actores internacionais, quer estes sejam Estados, organizações internacionais, ou grupos de cidadãos. Embora o impacto económico tenha sido o mais evidente, como se disse anteriormente, os efeitos da globalização estendem-se a todos os sectores da sociedade, incluindo a cultura. E mais veloz que a globalização económica, pensámos que é a globalização cultural.

E quando se fala de cultura, pensa-se imediatamente em *americanização*, isto é, em tudo que se relacione com a cultura e identidade norte-americanas. É o efeito dos *mass media*, dos filmes de Hollywood, das campanhas publicitárias, das multinacionais americanas e das suas marcas: Levis, Coca-cola, McDonalds, Microsoft, CNN. E porque não referir também a própria língua – o Inglês, considerada a língua universal.

Nas palavras do Professor Villaverde Cabral, “trata-se de um veículo de dominação cognitiva ao qual é obrigado a submeter-se quem, oriundo de outro universo linguístico, pretenda fazer carreira...” (Cabral, 2004, 2)

Mas será que globalização ao nível cultural se refere a tudo o que é norte-americano?

Dominique Wolton pensa que não. Para este escritor francês, “já nenhuma potência pode almejar o domínio cultural. Os Estados Unidos são a primeira potência económica e militar, mas não a primeira potência cultural.” (Wolton, 2004, 74) Isto sucede, porque como refere “quanto mais os cidadãos do mundo estiverem expostos a um número crescente de informações, mais reagirão e se expressarão”(idem) e assim reafirmarão a sua identidade.

Uma língua, mesmo que falada por um número reduzido de pessoas, contém uma parte do património da humanidade, uma visão da sociedade, uma identidade que tem de coabitar com outras identidades e ser preservada. É esta coabitação cultural que é necessária promover e que Wolton designa por «a outra globalização». É neste sentido

que esta «outra globalização» se torna uma nova questão política mundial, é o terceiro pilar. Um desafio a pensar.

Contrariando a posição dos movimentos anti-globalização, comungamos da opinião de Wolton no que se refere às vantagens da globalização neste domínio. Quanto mais globalização houver, mais indispensáveis são as ciências sociais e humanas e maior diversidade cultural existirá.

Foi neste sentido que os países membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, reunidos em 20 de Outubro de 2005 em Conferência Geral, adoptaram uma **Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade Cultural**. Esta Convenção procurou autonomizar o sector cultural nas suas diferentes expressões face às regras aprovadas para o comércio internacional e definidas pela OMC. A Convenção garante às autoridades nacionais “o direito soberano de adoptar medidas e políticas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais no seu território”.

Esta posição por parte da UNESCO surge num contexto de consciência crescente sobre os problemas da globalização e as suas repercussões na área cultural. Com efeito, este sector viu as suas fronteiras alargarem-se exponencialmente, passando a abranger a gastronomia, o turismo, a literatura, o cinema, a música, entre muitos outros, envolvendo um cada vez maior número de profissionais e especialidades, sendo motor de criação de riqueza e tendo um peso cada vez maior nos PIB nacionais.

Como advertiu Wolton “com a coabitação cultural, estamos face à história”, pois esta “condensa todas as mutações políticas que aconteceram desde os anos 50. Pressupõe o fim do conflito Leste-Oeste e uma capacidade de resolução das desigualdades Norte-Sul”. (Wolton, 2004, 77)

Ao encontro da posição de Dominique Wolton, está também a de Mark Leonard, inglês e autor de *Século XXI – A Europa em Mudança* (2005), obra que merece a atenção de todos quantos se interessam pelo futuro da Europa. Este autor afirma de forma bastante clara, que o século XXI será protagonizado pela Europa e já não pelos EUA. Chegou o fim da ordem mundial americana. “A América não se retirou do mundo – a sua economia e a sua segurança é muito dependente dos acontecimentos globais – mas tentou ver-se livre da ordem mundial que ela própria criou.” (Leonard, 2005, 136)

Esta posição, tal como a de Wolton e de muitos outros, vem na sequência da análise muito crítica do desempenho da administração Bush em matéria de política externa.

Segundo estas críticas ferozes, “Washington iniciou uma fogueira destinada a queimar acordos internacionais, pondo em perigo Quioto, o Tribunal Penal Internacional e os tratados ABM e sobre Armas Biológicas.” (idem) Esta posição de superpotência, prejudicou a posição dos Estados Unidos no mundo e enfraqueceu o seu poder. Poder entendido não só como político–económico, mas também poder cultural.

Não podemos pensar que perpetuamos a nossa identidade cultural se colocarmos barreiras contra as influências estrangeiras. Bem pelo contrário. “Não se pode ser diferente sozinho. É a livre circulação das obras e dos talentos que permite a perpetuação das culturas pelo acto da renovação.” (Revel, 2002, 134) “A globalização não uniformiza, diversifica. A reclusão esgota a inspiração.” (idem, 135)

RUMO A UM GOVERNO MUNDIAL?

Observámos, anteriormente, que à medida que o mundo se globaliza e crescem as interdependências, o Estado mostra-se “demasiado pequeno” para assegurar todas as suas funções, dada a velocidade a que os acontecimentos se realizam. Daí a necessidade de o Estado delegar funções quer aos próprios cidadãos, quer ao poder local ou regional, quer ainda a organizações não-governamentais que podem aproximar os cidadãos ao poder político. (Henriques, 2004)

A definição clássica de cidadania, identificada com a aquisição de nacionalidade, evoluiu para um conceito mais abrangente, por forma a reflectir as novas pertenças deste mundo globalizado que não apenas a questão da nacionalidade. As transformações da cidadania global resultam “do desenvolvimento da democracia.” No século XXI os direitos dos cidadãos não se ficam apenas na sua vertente política e cívica, mas “vieram juntar-se os direitos da natureza social, económica e cultural e os direitos das gerações futuras ao ambiente, à paz e ao desenvolvimento sustentável.” (idem, pp.6)

Esta evolução resulta do facto de o “Estado somos nós, a comunidade de cidadãos”.

Apesar de o Estado continuar a ser o agente central da governação, não é o único, não está sozinho nessa caminhada. As migrações, a crescente diversidade étnica e cultural, a participação do Estado em organismos supranacionais, o comércio internacional, as novas tecnologias de informação colocam novos desafios ao poder político. (Cardoso, s.d.)

Desde logo, porque a par das cidadanias nacionais emergem novas formas de identidade e participação que não se restringem ao território dos Estados, mas são muito mais

amplas e com localização em diversos espaços. Daí o surgir, para além da cidadania nacional, uma cidadania global. (idem)

“A perspectiva de democracia global continua a ser o objectivo geral primordial de todos aqueles que se encontram empenhados em construir uma governação humanista para todos os povos do planeta.” O exemplo mais próximo no caminho desta democracia global foi dado pela Europa, sendo neste momento “um palco de ensaio para o alargamento de formas democráticas ao nível regional”. (Falk, 2001, 300) Prova disso, é a entrada de mais 10 novos Estados-membros vindos do Leste e a maioria deles pertencentes ao espaço da antiga URSS.

O objectivo da democracia global está a tomar várias formas, desde o ativismo participativo de grupos de cidadãos transnacionais de todo o mundo até conferências globais sob os auspícios da ONU que serviram de palcos de divergência e de cooperação a nível das relações entre povos e governos. As propostas para a criação de uma Assembleia Popular Global no âmbito do sistema das Nações Unidas constituem um elemento da tentativa por parte das forças democráticas transnacionais de maximizarem o seu papel na estrutura global de autoridade. (Falk, 2001)

Os Estados entendidos, no modelo vestefaliano de 1648, como os únicos detentores de autoridade interna de governo e em que nas relações de política internacional não existe um poder acima do Estado (Sousa, 2005, 202), têm necessariamente de repensar este modelo que dura há mais de 350 anos por força do processo de globalização. Será muito “difícil sustentar que se possa compreender a distribuição e o exercício do poder internacional contemporâneo com recurso a este modelo desenvolvido no século XVII...”(Cravinho, 2002, 292)

Defendemos, pois, a participação e a inclusão dos cidadãos nos processos de decisão das grandes questões mundiais que nos afectam a todos nós. E a pergunta que se coloca é saber se os principais decisores políticos mundiais partilham desta visão e se terão vontade e capacidade para pôr em curso novas formas de governação que não passem apenas pelos modelos tradicionais competitivos inter-estaduais, que como vimos estão saturados dadas as novas preocupações mundiais: terrorismo, aquecimento global, distribuição da riqueza,... (Fernandes, 2004)

“O futuro permanece aberto a um amplo espectro de possibilidades, incluindo as directamente relacionadas com a governação humanista global. A história internacional recente, associada ao final pacífico da Guerra Fria e a luta bem sucedida contra o colonialismo, confirmou que os desfechos positivos ou desejáveis ocorrem mesmo

quando a maioria dos instrumentos de análise nos fazem crer que esses resultados são praticamente impossíveis.” (Falk, 2001, 302) Neste sentido, os milagres políticos e sociais de facto acontecem, não por nos resignarmos a esperá-los, mas sim em consequência de um compromisso, de um empenho e de uma luta dedicada à concretização desses objectivos.

CONCLUSÕES

Vivemos hoje uma nova realidade. Cada vez mais o mundo é um só mundo, sendo que os acontecimentos do outro lado do globo não nos devem nem podem deixar indiferentes. Tudo está interrelacionado e interdependente na era da globalização.

Muito mais haveria a dizer e a esclarecer sobre este tema tão vasto e atraente que é a globalização. Desde logo, o primeiro desafio com que nos deparámos foi com a multiplicidade de perspectivas acerca de uma definição mais clara sobre este tema. Fica a certeza que em globalização a política não pode estar dissociada da economia, nem da cultura, muito menos dos aspectos sociais. Por outro lado, a perspectiva do surgimento de um governo à escala mundial é também bastante aliciante, colocando-nos novos desafios de relacionamento com outros povos e culturas.

Como em tudo na vida há sempre o lado bom e o lado mau, na globalização sucede o mesmo e como cidadãos do mundo é nosso dever diminuir os efeitos negativos e perpetuar e alargar o lado positivo desta sã convivência a todos os povos. A esperança numa equitativa distribuição da riqueza, na diminuição das diferenças entre o Norte e o Sul, no fim do terrorismo, no encontrar de formas para controlar o aquecimento do planeta, faz com que continuemos a lutar e a acreditar nos efeitos da globalização e no progresso do nosso mundo.

Fonte:

Ana Cristina Ferreira

CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais www.ciari.org

(Adaptado)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Livros:

1. **Cravinho**, João Gomes (2002). *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Edição Imprensa de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.

2. **Falk**, Richard (2001). *Globalização Predatória – uma crítica*. Edição Instituto Piaget.
 3. **Fernandes**, José Pedro T. (2004). *Teorias das Relações Internacionais – Da Abordagem Clássica ao Debate Pós – Positivista*. Livraria Almedina – Coimbra.
 4. **Leonard**, Mark (2005). *Século XXI A Europa em Mudança*. Editorial Presença.
 5. **Maltez**, José Adelino (2002). *Curso de Relações Internacionais*. Edições Principia.
 6. **Martins**, Manuel Gonçalves (2003). *Relações e Desafios na Era da Globalização*. Edição Pedro Ferreira.
 7. **Revel**, Jean-François (2002). *Obsessão Antiamericana*. Bertrand Editora
 8. **Singer**, Peter (2004). *Um Só Mundo – A ética da globalização*. Gradiva
 9. **Soros**, George (2004). *A Bolha da Supremacia Americana: Corrigir o Abuso do Poder Americano*. Temas e Debates.
 10. **Sousa**, Fernando de (Dir.) (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento.
 11. **Wolton**, Dominique (2004). *A Outra Globalização*. Edições Difel. Suporte Informático:
1. Cabral, Manuel Villaverde (2004). Globalização, poder e cidadania. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/corpocientifico/villaverdecabral/IdeiasEsq1.pdf> [Consultado em: 01-02-2006]
 2. Cardoso, Carlos (s.d.). Cidadania e Globalização. Disponível em: <http://www.eselx.ipl.pt/cidadania/globalizacao.htm> [Consultado em: 16-01-06]
Globalização – rumo a um governo mundial ou uma nova forma de cidadania?
Ana Cristina Ferreira - Maio 2006 20
 3. Financeira, Agência (2006). Governo aposta no investimento e globalização. Disponível em: http://www.agenciafinanceira.iol.pt/noticia.php?id=647803&div_id=1730 [Consultado em: 25-02-2006]
 4. Globalização, Guia da (2006) Disponível em: <http://www.globalizationguide.org> [Consultado em: 28-02-2006]
 5. Henriques, Mendo Castro (1998). A globalização: mitos e realidades. Disponível em: <http://pwp.netcabo.pt/netmendo/Artigo%20globalizacao.htm> [Consultado em: 25-02-2006]
 6. Henriques, Mendo Castro (2004). Panorama da Cidadania. Disponível em:

http://pwp.netcabo.pt/netmendo/panorama_da_cidadania.htm [Consultado em: 16-01-2006]

7. Keohane, Robert e Nye, Joseph. Governance in a Globalizing World. Disponível em: <http://www.ksg.harvard.edu/visions/publication/globalizing-intro.doc> [Consultado em: 27-02-2006]

8. Machado, Carlos (1999). Paradoxes of Globalization. Disponível em: <http://www2.eeg.uminho.pt/economia/pascoa/AKEI2.pdf> [Consultado em: 28-01-2006]

9. Pública, Ministério das Finanças e da Administração (2005). Globalização: tendências recentes do comércio internacional. Disponível em: http://www.dgep.pt/cx225glob_recen_comer_intern.html [Consultado em: 25-02-2006]

10. Santos, Boaventura de Sousa (2005). A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. Disponível em: http://www.ces.fe.uc.pt/bss/documentos/rccs_72_7_44.pdf [Consultado em: 28-02-2006]

11. UNESCO (2005). Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001429/142919e.pdf> [Consultado em 08-03-2006]